



ESPECIAL



FUTURO DA ADVOCACIA

FIRMAS INOVAM COM CAUTELA E PROCURAM 'EXPERTISE' NAS PEQUENAS BOUTIQUES

A Quarta Revolução Industrial está a impactar positivamente as firmas de advogados. A consultora McKinsey estima que 23% do trabalho jurídico possa ser automatizado. Entre as aplicações da Inteligência Artificial no campo do Direito estão ferramentas de redação e gestão de contratos, orçamentos, processos e pesquisa jurídica e jurisdicional, automação de 'due diligence' e de 'compliance'.

SOCIEDADES

Tecnologia e ‘know how’ são decisivos para os escritórios nacionais

As sociedades de média e grande dimensão têm apostado na integração de pequenas firmas que trazem *know how* em áreas chave. E ninguém fica indiferente ao desafio das novas tecnologias.

MARIANA BANDEIRA
mbandeira@jornaleconomico.pt

Há exatamente um ano escrevi um artigo intitulado “a tradição não dará lugar ao *e-advogado*”, mas hoje reformulá-lo-ia para integrar “Portugal” ou “portugueses” à cabeça, porque, do outro lado do Atlântico, a tecnologia já passou uma rasteira aos advogados.

A startup de *legaltech* LawGeex desafiou 20 profissionais da advocacia (note-se: habituados a trabalhar com empresas como a Goldman Sachs ou a Cisco) a rever cinco acordos de confidencialidade (*non-disclosure agreements*) em quatro horas. Ao todo, precisavam de analisar onze páginas, 153 parágrafos e 3.213 cláusulas. Em termos de precisão, tanto o humano como o sistema de inteligência artificial (IA) obtiveram 94%, no entanto, na hora de contabilizar a velocidade, a IA demorou apenas 26 segundos enquanto os advogados precisaram em média de 92 minutos (e 12 cafés). Aliás, o jurista mais rápido concluiu a revisão de todos os documentos em 51 minutos, ou seja, foi 100 vezes mais lento do que uma IA sem cafeína.

A consultora norte-americana McKinsey estima que 23% do trabalho jurídico possa ser automatizado, na generalidade, porém, aquilo que está a acontecer nas firmas com presença em Portugal é a automação do processo de revisão de contratos e o uso de ferramentas de processamento de texto para filtrar documentos. Logo, estão longe de recorrer aos chamados *robot lawyers*. Ainda assim, não restam dúvidas: 365 dias depois, existem mais escritórios nacionais a anunciarem pilotos, fases de testes ou estudos de soluções tecnológicas. Os advogados contactados pelo Jornal Económico (JE) revelam que ainda não há “confiança suficiente” em determinadas tecnologias.

Face a estas tímidas desconfan-

ças do mercado, este ano várias sociedades têm optado por um modelo de crescimento e especialização à moda antiga, com base em fusões com as mais pequenas. Nos últimos meses houve diversas integrações por parte de escritórios de renome e assim deverá continuar, pelo menos, até 2020. É o caso da CTSU (rede legal da Deloitte), que integrou a equipa de contencioso tributário da Leite Campos, Soutelinho e Associados; da Sérvulo, que escolheu a AVA; ou da DLA Piper, que optou por acolher a *boutique* de arbitragem de Sofia Ribeiro Mendes e Armindo Ribeiro Mendes.

Ao JE, os protagonistas dizem que objetivo é obter mais competências específicas, apesar de o processo exigir ponderação na comunicação interna, cuidado no acolhimento dos novos colegas, divulgação pública e, simultaneamente, discrição. “Houve a preo-

cupação de conhecer a cultura e a forma de trabalhar da equipa a integrar, preparando as medidas necessárias à mitigação dos impactos que sempre decorrem de qualquer integração. O processo está concluído, foi minucioso e rigoroso”, confessa Sofia Barros Carvalhosa, sócia da CTSU, acrescentando que a junção decorreu da avaliação das necessidades do mercado.

Paulo Câmara, *managing partner* da Sérvulo, refere que a integração da AVA se saldou por um reforço importante nas áreas de Societário, TMT [Telecomunicações, Media e TIC], Laboral, Contencioso e Urbanismo. “Aumentou, por conseguinte, a capacidade de resposta nessas áreas. Além disso, as novas sócias também contribuem positivamente para a massa crítica da sociedade em termos estratégicos e organizativos, nomeadamente em termos das relações internacionais da sociedade”, realça.

Luís Branco Lopes e Eduarda Martins recusam perpetuar a discussão sobre o hipotético fim das sociedades de pequena dimensão ou dos escritórios em prática isolada, porque acreditam que, tal como acontece noutros países europeus, as grandes sociedades portuguesas “acabam por ver o seu código genético constantemente alterado”, tanto pela rotatividade dos seus recursos como pela aposta dos advogados em projetos próprios. “As sociedades de pequena dimensão têm vindo a ganhar, a nível nacional, um papel preponderante, nomeadamente porque, aliado ao rigor e experiência, garantem ainda um acompanhamento muito próximo do cliente”, argumentam os sócios da *boutique* BLMP.

A AAMM tem menos de 20 colaboradores mas fatura cerca de três milhões de euros anuais. O sócio fundador, Paulo de Moura Marques, puxa a brasa à sardinha das *boutiques* e defende que em causa está o fator proximidade. “Assumimos como essencial um

grau elevado de especialidade e conhecimento do cliente, divergindo assim de escritórios que se assumem como *full service*. Para complementarmos a nossa oferta preferimos desenvolver parcerias estratégicas, para além de uma integração de talentos, seja por recrutamento, seja por crescimento orgânico”, clarifica.

Com a mesma visão, Miguel de Azeredo Perdigão, *managing partner* da Azeredo Perdigão e Associados, aplaude as integrações “exemplares” que têm surgido em Portugal, que ajudam a criar no país sociedades “de nível internacional”. Contudo, descarta entrar no jogo, porque há dificuldades e desafios acrescidos, inclusive a gestão de ambições e expectativas dos próprios advogados. “É obviamente uma saída, mas, confesso, não é a solução que pessoalmente mais me seduz. Sendo uma hipótese a considerar importa perceber efetivamente quais são os pontos de encontro entre as culturas de uma *boutique* e uma grande sociedade de advogados e as respetivas diferenças”, aponta.

Para a Morais Leitão, o papel das sociedades chamadas de grande dimensão – que em Portugal têm uma equipa de 100 ou 200 advogados – é fundamental em qualquer economia desenvolvida. Na opinião de Nuno Galvão Teles, o crescimento destas firmas no mercado da advocacia não é uma ocasionalidade, mas sim uma necessidade de escala, de prestação “de serviços multi-especializados, com capacidade de resposta rápida e de grande qualidade”. “Claro que, em função da dimensão do mercado do país, há um ponto ótimo na dimensão da sociedade acima do qual o crescimento está já em luta com a curva da utilidade marginal”, alerta o *managing partner*.

Na perspetiva da Abreu Advogados, a aresta da transparência continua por limar nos escritórios, uma vez que carecem de divulgação das receitas ou de rela-



Os líderes das firmas asseguram que estão a testar soluções tecnológicas a nível interno, mas admitem ainda não estar 100% seguros da aplicação de sistemas de inteligência artificial mais complexos



Reuters

tórios de sustentabilidade. É aí que o escritório liderado por Duarte d'Athayde quer "servir de exemplo".

"Fomos a primeira sociedade em Portugal a implementar um sistema certificado de gestão de qualidade, fomos pioneiros na divulgação dos nossos resultados anuais e a ter um relatório de sustentabilidade", recorda o *managing partner*.

A septuagenária CCA, mais do que a ambição de crescer, tem procurado colocar a inovação na abordagem e no posicionamento, apostando em novos setores de atividade, "nem sempre os mais evidentes" a nível legal, como os videojogos, o empreendedorismo, os dados pessoais, o comércio eletrónico ou a banca digital. Além disso, tentam "dotar essas mesmas equipas de conhecimento específico sobre as novas tendências do mercado, tendo em conta a nossa aposta na especialização". "Ainda assim, as áreas que foram mais exigentes nos últimos dois anos e que reforçámos com novas contratações foram o Contencioso, o *Corporate*, o Imobiliário e o TMT. Também a área de Fiscal foi reforçada através de novas contratações", diz o sócio Filipe Mayer.

Há praticamente 15 anos em Portugal, a Garrigues optou, mais recentemente, por reforçar sobretudo as áreas de Direito do Trabalho e Público, cuja atividade aumentou à boleia do crescimento económico. À parte isso, a sociedade ibérica "procurou atrair profissionais qualificados para áreas relacionadas com o investimento estrangeiro e as transações internacionais", como Fiscal (mais especificamente para *private clients*, transacional e preços de transferência), Imobiliário e M&A. Na vertente *tech*, criou uma equipa que se dedicasse a questões jurídicas levantadas pela transformação digital. "Temos também vindo a assistir ao surgimento de novas áreas de negócio às quais se encontram associadas um forte pendente de proteção do ambiente, como a mobilidade elétrica, novas formas de produção de energia elétrica mais limpas, desenvolvimento de novas tecnologias mais amigas do ambiente, etc.", frisou a firma de João Miranda de Sousa.

O talento nas grandes sociedades tem sido, muitas vezes, prata da casa. No entanto, a tecnologia também impactou as contratações, criando a tendência de ir 'caçar' experiência ao mercado. "O nosso modelo de base de recrutamento consiste na contratação de estagiários. Este foi um ano de exceção pois recentemente tivemos necessidade de reforçar as nossas áreas de Urbanismo com uma contratação mais sénior e de TMT e novas tecnologias", referem ao JE António Villacampa e Bernardo Ayala, sócio diretores da Uría Menéndez-

-Proença de Carvalho, lembrando que é também esta estratégia que mantém o escritório "consistentemente" nas principais operações e resoluções de litígios no país.

A Linklaters abriu o escritório em Portugal há 17 anos e António Soares, *managing partner*, confessa que tem assistido a um maior interesse por temas que, de uma maneira ou de outra, estão relacionados com TMT e Direito do Ambiente.

"Para dar alguns exemplos, foram introduzidas recentemente no mercado português emissões de obrigações com características de *green bonds*, ou seja, empréstimos obrigacionistas cujos fundos se destinam a desenvolver projetos que visam o combate às alterações climáticas", explica, sublinhando que até no âmbito de transações de M&A e de Imobiliário se sente o efeito desses temas.

Maria João Ricou, *managing partner* da Cuatrecasas em Portugal, garante que a tendência também se faz sentir no crescimento da procura de serviços e que "é evidente que há uma crescente exigência dos diversos *stakeholders* no âmbito da nossa responsabilidade social corporativa, designadamente no que se refere à proteção ambiental, à igualdade de género e à cibersegurança". Como líder de um escritório presente em Portugal desde 1928, sabe que os clientes querem "escala global" e agilidade para pôr em prática processos colaborativos de "trabalho interdisciplinar e multi-jurisdicional".

A Miranda & Associados também tem estado envolvida em transações de investimento de impacto, quer em dívida quer em *equity*, "condicionado à prossecução de determinadas metas de desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental". Diogo Xavier da Cunha, presidente do conselho de administração, refere que é uma "área em franco crescimento, que suscita questões jurídicas específicas, e que requer, assim, competências próprias e transversais a várias áreas".

O volume de trabalho ligado às energias renováveis também chega aos escritórios pequenos e médios, como a CCSL. "A crescente consciencialização do desequilíbrio que a pegada humana está a provocar no ecossistema em que vivemos, com cujas evidências somos confrontados diariamente, tem potenciado o interesse dos investidores nos chamados *green projects*, que permitem aliar o necessário retorno a projetos ambientalmente sustentáveis", assinala o sócio João Lemos Portugal. No caso da Telles, a sustentabilidade ambiental integra a atividade interna no programa *Telles for Sustainable Future*, no qual constam medidas de gestão da mobilidade ou de redução de papel nas impressões. ●



Reuters

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Advogados defendem IA, mas há riscos com opacidade dos algoritmos

Justiça preditiva, análise automatizada de documentos e sistemas de gestão e transação são áreas onde a Inteligência Artificial está a transformar a aplicação do direito. Defesa da privacidade em risco.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@jornaleconomico.pt

As LegalTechs tornaram-se parceiros fundamentais dos advogados, afirma Luís Pais Antunes, *managing partner* da PLMJ, uma sociedade que em 2018 foi pioneira na implementação de um sistema de *machine learning*, o KIRA. Os advogados estão a investir cada vez mais em tecnologias como parte dos seus programas de transformação digital e tecnológica, sublinha Pais Antunes. Mas há temas onde continua a ser muito difícil conciliar a tecnologia com o direito, e falamos do direito à privacidade e outros direitos fundamentais.

João Amaral, associado coordenador na Miranda & Associados, diz que “ainda não estão exploradas todas as capacidades e utilizações possíveis da Inteligência Artificial (IA), pelo que é cedo para perceber como serão tratadas questões tão complexas como as relacionadas com o di-

reito à privacidade”. Luís Barreto Xavier, consultor para a inovação da Abreu Advogados expressa uma preocupação semelhante. Diz que a “utilização cada vez mais generalizada da IA pelas empresas, associada à apropriação de enormes quantidades de dados pessoais, usados como instrumento para o ajustamento da oferta de bens e serviços, e sobretudo como meio para refinar o marketing, coloca problemas muito complicados na defesa da privacidade”. E alerta que existe um risco acrescido: “o uso de IA no tratamento de dados pessoais em massa pelos Estados com fins fiscais, políticos ou até bélicos”.

O tema da “opacidade dos algoritmos” é salientado por Luís Barreto Xavier, que lembra os diversos fóruns onde se tem refletido sobre os limites éticos ao uso de ferramentas da IA e onde se discute a necessidade da introdução de regulação. “Uma questão central é a do combate à opacidade dos algoritmos”, e as decisões que afetam os cidadãos “devem ser

baseadas em sistemas minimamente explicáveis e não em “black boxes”. Uma expressão deste princípio consta já, em certa medida, do Regulamento Geral de Proteção de Dados”. E realça “os problemas do enviesamento, resultantes da bateria de dados que são introduzidos ou das pré-compreensões dos programadores. Saber se devem introduzir-se mais limites legais e quais é uma das mais relevantes questões jurídicas do nosso tempo”.

Quarta Revolução Industrial

Com a quarta Revolução Industrial a implicar “a transformação digital dos modelos de produção e distribuição, fortemente baseadas em ferramentas de IA (...) as sociedades de advogados têm de estar preparadas para acompanhar e falar a mesma linguagem dos seus clientes empresariais”, afirma Barreto Xavier, da Abreu Advogados. A IA “será inquestionavelmente uma ferramenta que facilitará o dia a dia dos profissionais do direi-

to, libertando-os de tarefas rotineiras e de menor importância, [ao mesmo tempo] que permitirá uma maior concentração em tarefas de maior valor”, acrescenta João Amaral, da Miranda. A IA terá impacto nos advogados, nos juizes mas também nas forças de segurança e, acima de tudo, “poderá ainda abrir novos caminhos no que diz respeito à resolução de litígios menos complexos”. Barreto Xavier acrescenta que a IA vai permitir aos advogados dar-lhes tempo para fazerem aquilo onde não podem ser substituídos, ou seja, no “contacto direto e empático com o cliente, a montagem de operações complexas, e a formulação de juízos valorativos”.

Pais Antunes acrescenta que, na PLMJ, a IA “já influencia as soluções que apresentamos aos clientes (...) e acompanhamos o que está a ser feito nas grandes sociedades internacionais, por onde alguns dos nossos advogados já passaram”. Frisa que as mudanças “exigem o desafio de estruturar equipas com expertise em

constante atualização, antecipando as necessidades cada vez mais exigentes dos nossos clientes, sendo fundamental o investimento na formação dos advogados, no sentido de maximizar o potencial que os sistemas da IA nos oferecem”. Na Abreu as aplicações da IA no campo do direito permitem entrar na redação e gestão de contratos, na gestão de processos, de orçamentação e gestão financeira, de pesquisa jurídica e jurisprudencial, incluindo mecanismos preditivos e de gestão de risco, de automação de *due diligence* e de *compliance*. Diz Barreto Xavier da referida sociedade que a resolução de litígios “pode beneficiar desta tecnologia”. Afirma que “através do software apropriado, o recurso ao contencioso pode ser evitado, mediante a sugestão automática da composição das controvérsias, que pode ser aceite antecipadamente ou a posteriori”.

No comércio eletrónico este tipo de resolução de litígios poderá, no futuro, vir a ser dominante”. João Amaral, da Miranda, reforça a ideia de que a IA é o futuro beneficiando não só as grandes mas também as pequenas sociedades. Acredita que quando as novas ferramentas se tornarem mais acessíveis será possível às pequenas sociedades lutarem “praticamente em pé de igualdade” com as grandes sociedades “em projetos que outrora estavam limitados às sociedades de maior dimensão”.

Os parceiros

As LegalTechs ou LawTechs são empresas tecnológicas dedicadas à criação de soluções para o campo jurídico, oferecendo serviços disruptivos aos advogados. Acontece, frisa Luís Barreto Xavier, que certas LegalTechs “parecem querer concorrer com os players tradicionais no mercado e serviços jurídicos”. E dá o exemplo de “mecanismos de consulta jurídica automatizada, plataformas digitais semelhantes à Uber para a oferta de advogados, sites que criam minutas de contratos ou de peças processuais ou *legal chatbots*”. O consultor da Abreu afirma que “estes players apresentam desafios à advocacia tradicional e enfrentam delicadas questões regulatórias”.

Por seu lado, a PLMJ que como já o dissemos foi pioneira com o KIRA, afirma que irá reforçar a colaboração da sociedade com as LegalTechs nacionais e internacionais. “Continuará a ser uma prioridade no futuro”, diz Luís Pais Antunes. João Amaral frisa que a parceria entre advogados e LegalTechs tem evoluído para a criação de equipas próprias para o desenvolvimento autónomo de novas ferramentas. E conclui afirmando que se trata de um mercado “em forte expansão com espaço para diferentes intervenientes, onde há ainda muito por desenvolver e que será, naturalmente, sujeito aos ajustes e reações do próprio mercado às melhores e piores ideias”. ●

O que é que a Inteligência Artificial pode trazer ao Direito e qual o futuro papel das legaltechs?



@Teimo Miller

ESTÊVÃO AUGUSTO BERNARDINO
Bernardino, Resende E Associados
Sociedade de Advogados, RL

Em que medida a tecnologia tem apoiado as assessorias aos negócios das empresas? Utilizam *robot lawyers* como complemento ao vosso trabalho? Se sim, porquê?

A inteligência artificial está na ordem do dia, embora na minha opinião, ainda estejamos no início dessa longa caminhada, dado que a evolução tecnológica é constante e consequentemente novas realidades de **legaltechs** vão surgindo no mercado, cada vez mais sofisticadas e alcançando melhores resultados, permitindo aos Advogados uma gestão mais eficiente do seu trabalho, um controle adequado e tempestivo dos seus processos e uma significativa melhoria e optimização do seu tempo e, consequentemente da sua rentabilidade. A advocacia em Portugal mudou radicalmente nos últimos 20 anos e efectivamente é um “negócio”, embora com particularidades que o distingue dos outros, pela sua função social e ética associada, contudo, não deixa de ser necessário encará-lo como um negócio, onde a gestão do mesmo actualmente é feito com o recurso e uso de todo um conjunto de ferramentas informáticas, sem as quais era quase impensável hoje em dia trabalharmos. Nos últimos anos implementamos internamente um conjunto de regras que assentam em **legaltechs**, que começamos a usar, seguramente, há mais de 12 a 15 anos, quando muitos poucos escritórios ainda usavam essas ferramentas “informáticas”, desde a gestão interna de processos, à gestão da informação dos clientes e da

forma como sempre administrámos o uso dos seus dados pessoais, à consulta de jurisprudência on-line, bem como a nível de facturação e, onde sempre, nos inspirámos – dentro da nossa realidade e dimensão, em outros mercados, como o inglês, americano e australiano. As **legaltechs**, estão a alterar a forma como se encara a advocacia e tornaram-se cada vez, um precioso instrumento de trabalho indispensável no nosso quotidiano. O uso da tecnologia veio trazer mais eficiência para a gestão de documentos, de processos e, permitir um melhor controle e rapidez, por exemplo, na realização das mais diversas diligências jurídicas relacionadas com Tribunais. Primeiro – se recuarmos um pouco no tempo, vieram as **fintechs** para o sector financeiro e bancário, agora, as **legaltechs** conquistaram o seu espaço dentro e fora da internet, transformando assim o mercado jurídico. Desde a automação e gestão de documentos, atendimento e resolução de conflitos on-line, até a gestão de departamentos jurídicos, entre outras aplicações. Todas essas ferramentas são severamente impulsionadas pelo uso de tecnologias emergentes como **big data**, inteligência artificial, **machine learning**, instrumentos de **compliance**, plataformas de pesquisa on-line, de jurisprudência, entre outras. Em Harvard, por exemplo já ministram cursos de “Law, Science & Technology”, onde o Direito e a tecnologia já andam de “braços dados” há muitos anos. No Brasil foi criada recentemente (2018) o **Instituto New Law**, uma organização brasileira dedicada ao Direito, Tecnologia e Inovação, onde inclusive já este ano organizou uma conferência subordinada ao tema “Tecnologia e o Futuro da Humanidade” que contou com a presença de David Wilkins, Vice-Reitor das Iniciativas Globais da Harvard Law School. Por exemplo, a importância deste tema, reflete-se, também, por exemplo no facto de em Julho 2017, ter sido criada a AB2L, **Associação Brasileira de Lawtechs e Legatechs**. Ou seja, o mundo mudou, e a forma como encaramos o Direito e como o trabalhamos no nosso quotidiano, também. E, prova disso mes-



@Teimo Miller

mo, é ser já objecto de discussão se – num futuro próximo, iremos assistir ao uso de **robot lawyers** nas nossas sociedades, ou mesmo, se para nós é visto como uma opção viável e alternativa ao uso de mão de obra humana. Em 2017, foi efectuado um concurso onde participaram, de um lado, advogados de reputadas sociedades e, de outro lado, um programa de inteligência artificial, denominado “**program called Case Cruncher Alpha**”, com o objectivo de resolução de um conjunto de casos, onde foram fornecidos os mesmos factos a ambas as partes; no final, venceu a inteligência artificial. Este pequeno exemplo, responderá à questão do uso dos **robot lawyers** como complemento das ferramentas usadas pelos Advogados. Ainda será cedo para determinar a forma como pode ser usado, mas pa mim é claro que é uma realidade a termos presente. Creio que estará sempre restringido a determinados assuntos legais que podem ser resolvidos de forma mais rápida e eficiente, se realizados com o uso de **robots lawyers** (Exemplo: cobrança de dívidas). A inteligência artificial tem –se desenvolvido cada vez mais e, se vai ou não, substituir a mão de obra tradicional, é uma questão ainda aberta, mas muito pertinente, mas seguramente terá um lugar na história da advo-

caria, aliás, já tem. Na minha opinião, pode afectar no imediato, os Advogados mais jovens e outros profissionais do foro (funcionários forenses). No nosso caso, creio que o uso de um **robot lawyer** seria sempre opção a considerar nos casos de resolução de casos mais massificados e, como um auxiliar. Na minha opinião, ainda não se conhece com rigor quais são as verdadeiras consequências do uso da inteligência artificial e muito se pode especular sobre o assunto e se de facto serão alternativas seguras ao uso de “Advogados tradicionais”, se terão custos mais reduzidos e se de facto são alternativas seguras. Muitas das tarefas cometidas ao Advogado são abstratas e não podem ser resolvidas com o recurso a mecanismos de inteligência artificial dado que carecem (e, ainda bem) de intervenção humana, não podendo assim repousar num “julgamento computacional”. A advocacia está, assim, em constante mutação fruto de vivermos – também, num mundo digital.



Com o apoio de



Reuters

MARIANA BANDEIRA
mbandeira@jornaleconomico.pt

Longe vão os tempos em que os conhecimentos de Direito, História, Economia e Sociologia eram quase suficientes para formar um advogado bem sucedido. Ao longo do tempo tornou-se ainda mais necessário que os aprendizes de juristas tivessem capacidade de antecipação e de resolução dos problemas, domínio de vários idiomas e pensamento crítico. Agora, entrou um novo capítulo nos manuais: a literacia computacional, cujo problema é navegar praticamente à velocidade dos megabytes e ser difícil de acompanhar. Para que os estudantes de Direito não fiquem à margem da evolução do mercado, a Universidade Nova criou disciplinas como “Programação para Juristas” e “Direito e Tecnologia” e a Católica Global School of Law juntou ao seu programa unidades curriculares de “Law and Technology” ou “Tax and Technology”, estando a preparar-se para abrir uma formação em “Law of a Digital Economy”.

“Apesar dos constrangimentos impostos pela legislação do ensino superior, temos procurado dar uma resposta adequada às novas necessidades de formação de um jurista. Por exemplo, um dos maiores desafios com que nos vamos deparar em breve são os efeitos do Brexit. Por isso, logo após o referendo de 2016 decidimos abrir uma disciplina sobre “The Law of Brexit”, afirma Gonçalo Saraiva Matias, diretor da Católica Global School of Law.

Manuel José Damásio, administrador Adjunto da Universidade Lusófona, diz que as alterações curriculares têm sido reduzidas, “considerando a complexidade que a atualização de um plano de estudos envolve no atual demasiado rígido e burocrático sistema nacional”. “A instituição tem, no entanto, atualizado regularmente os conteúdos das unidades curriculares garantindo a sua adequação a um contexto externo sempre em transformação”, acrescenta. O número de diplomados em Direito da Lusófona tem estado em linha com a evolução do número de entradas, mas nos últimos dois anos melhorou o rácio de conclusão no período normal, situando-se acima dos 40%.

Já o número anual de licenciados da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, que este ano voltou a preencher 100% das vagas, tem rondado os 70 a 80 por ano. Um terço dos alunos – maioritariamente mulheres (77%) – pertence ao concelho de Lisboa, adiantou ao Jornal Económico a diretora da faculdade, Mariana França Gouveia. “Temos feito uma aposta grande nas áreas da inova-

ção, onde o Direito tem dificuldade em chegar, mas é essencial. Na época da transformação digital, só a existência de regras permitirá um desenvolvimento justo e sustentável”, garante.

A marcar o ensino do Direito nas universidades portuguesas está também o crescente número de estudantes estrangeiros. Na Lusófona, os alunos – sobretudo do sexo feminino (60%) e com 25 anos de idade – são maioritariamente portugueses (75,12%), mas há uma ‘fatia’ expressiva de angolanos (9,45%) e de brasileiros (6,91%). É ainda notória a quantidade de alunos oriundos de países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé, Quênia e África do Sul).

Para desenvolver a internacionalização (mesmo que os alunos não saiam de Portugal), a Nova alterou alguns aspetos na estrutura de ensino, introduzindo, por exemplo, créditos concretos para iniciativas além-fronteiras e um programa para a internacionalização dos alunos de licenciatura (*International Track for Undergraduate Students*). “Não só temos diversas disciplinas lecionadas em Inglês, como um reforço dos conteúdos internacionais mesmo em disciplinas de base nacional, créditos específicos para experiências de internacionalização (“Go Global””, refere Mariana França Gouveia.

“O número de alunos vindos diretamente do estrangeiro (bem como a variedade das nacionalidades) aumentou exponencialmente. Hoje, curiosamente, a larga maioria dos nossos candidatos já tem origem estrangeira (sobretudo de países não lusófonos), o que depois inevitavelmente se reflete também na diversidade dos alunos em termos linguísticos e culturais”, sublinha, por sua vez, Gonçalo Saraiva Matias. ●

UNIVERSIDADES

Digital e Brexit entram nos currículos

As faculdades de Direito em Portugal têm procurado adaptar os seus programas formativos, introduzindo disciplinas como “Law of Digital Economy”, “Law of Brexit” ou “Programação para Juristas”.

Um crescente número de alunos estrangeiros procura o ensino de Direito nas universidades portuguesas. privilegiam os programas em inglês e com componente tecnológica

MIRANDA

Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL

Em Portugal
com a mesma
solidez,
qualidade
e ambição.

LISBOA

Av. Engenheiro Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
+351 217 814 800
lisboa@mirandalawfirm.com

PORTO

Rua Júlio Dinis, n.º 826, 4.º andar
4050-322 Porto
+351 220 439 500
porto@mirandalawfirm.com

www.mirandalawfirm.com

mirandaalliance

www.mirandaalliance.com

MEMBROS

ANGOLA | BRASIL | CABO VERDE | CAMARÕES | COSTA DO MARFIM
GABÃO | GUINÉ-BISSAU | GUINÉ EQUATORIAL | MACAU (CHINA)
MOÇAMBIQUE | PORTUGAL | REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO
REPÚBLICA DO CONGO | SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE | SENEGAL | TIMOR-LESTE

ESCRITÓRIOS DE LIGAÇÃO

EUA (HOUSTON) | FRANÇA (PARIS) | REINO UNIDO (LONDRES)

ESCRITÓRIOS JÁ NÃO DISPENSAM SISTEMAS DE ANÁLISE DE DADOS E APOIO A ‘DUE DILIGENCES’

Ferramentas tecnológicas como Kira, doXray, office vibe ou Luminance entraram nas sociedades de advogados para facilitar a recepção de ‘feedback’ por parte dos próprios colaboradores ou analisar dados em massa.

1 UTILIZAM ‘ROBOT LAWYERS’ COMO COMPLEMENTO AO VOSSO TRABALHO? COMO É QUE A TECNOLOGIA TEM APOIADO AS ASSESSORIAS JURÍDICAS?



PAULO CÂMARA
Managing partner
da Sérvulo & Associados



NUNO GALVÃO TELES
Managing partner
da Morais Leitão



MIGUEL TORRES
Managing partner
da Telles

2 QUE FORMAÇÃO DEVE TER UM ALUNO DE DIREITO EM PORTUGAL PARA SE TORNAR O ADVOGADO DOS TEMPOS MODERNOS?

INDISPENSÁVEL

1 A Sérvulo está devidamente equipada com as modernas soluções informáticas necessárias para a atividade, mas não tem, por ora, serviços robotizados em funcionamento. Nos dias de hoje verifica-se, cada vez mais, uma crescente dependência nas tecnologias para o exercício das mais diversas atividades profissionais. A prestação de serviços jurídicos pelas sociedades de advogados não é diferente: se por um lado é essencial estar a par das inovações tecnológicas para dar resposta e acompanhar o crescimento e desenvolvimento das empresas, por outro, começam a surgir tecnologias que auxiliam a execução dos serviços jurídicos prestados pelas sociedades. Por isso, a utilização de tecnologias nas sociedades de advogados, que pretendem garantir a otimização e celeridade no desempenho dos seus serviços, é hoje indispensável.

TRIPLO GANHO

1 Utilizamos algumas ferramentas tecnológicas de inteligência artificial como complemento do nosso trabalho e cada vez utilizaremos mais. Estas ferramentas começaram por ser utilizadas em trabalhos repetitivos, de larga escala (tais como due diligences e outros processos que envolvem análise de milhares de documentos). Com um triplo ganho: para o cliente, que vê os honorários reduzidos; para os advogados mais jovens, que ficam dispensados de fazer algum trabalho massificado e repetitivo; e, muito importante, para a qualidade e rapidez/eficiência do trabalho, já que a análise de documentos em larga escala fica claramente beneficiada com o auxílio destas ferramentas (sem nunca abandonar a intervenção humana, claro está). E estamos convencidos de que este uso se alargará a outros pontos do trabalho dos advogados. A tecnologia, ao ajudar a advocacia, está a ajudar as empresas, ao reduzir custos e aumentar qualidade e eficiência. Porém, de outra banda, não nos podemos esquecer que a advocacia é uma profissão que pode ser vista como uma atividade de alto contexto, ou seja, em que boa parte da comunicação se dá através de elementos contextuais. Isso – e outros elementos ligados à prática da profissão – tornam muito difícil ou quase impossível a utilização da inteligência artificial nos trabalhos mais complexos, razão pela qual todos os estudos apontam para que a parte mais nobre e interessante da profissão seja muitíssimo resistente ao impeto da inteligência artificial.

OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS

1 Apesar de não utilizarmos os denominados robot lawyers, estamos particularmente atentos aos desenvolvimentos que têm surgido na Inteligência Artificial, mais concretamente na área do Machine Learning. Temos vindo a fazer avaliações permanente das soluções já disponibilizadas no área da advocacia, testando algumas, e, de um modo geral, das que têm um carácter inovador no mundo empresarial. No nosso entendimento, a grande transformação será feita a muito curto prazo com a obtenção de uma maior maturidade da tecnologia e do software – complexidade dos modelos analíticos e algoritmos. Essencialmente temos vindo a focar os nossos esforços na permanente otimização dos nossos processos internos e também nos de suporte à atividade com a dotação de mais tecnologia e processos de automação. Estamos cientes de que a progressiva transformação que temos vindo a implementar se traduz numa maior proximidade aos clientes e disponibilidade das nossas equipas, com aumento de eficácia em todo o processo de assessoria, aportando maior valor para os nossos clientes.





Istock



ANTONIO VILLACAMPA
Sócio diretor da Uría Menéndez-
-Proença de Carvalho



JOÃO MIRANDA DE SOUSA
Managing partner da Garrigues



DIOGO XAVIER DA CUNHA
Presidente do conselho de
administração da Miranda



BERNARDO AYALA
Sócio diretor da Uría Menéndez-
-Proença de Carvalho

FASE EXPERIMENTAL

1 Sim, estamos em fase experimental com alguns projetos direcionados à parte mais automatizada do nosso trabalho e de menor valor acrescentado para o cliente. Na Uría Menéndez-Proença de Carvalho contamos com um comité de tecnologia e inovação no qual se debatem as necessidades de clientes, advogados e do negócio em geral, e se atribuem os recursos necessários para executar os projetos de transformação para o escritório. Por outro lado, o escritório tem cada vez mais em conta as capacidades tecnológicas e estamos a aumentar a formação dos advogados nesta área.

ANÁLISE AUTOMÁTICA

1 No âmbito da revisão de documentos nos processos de due diligence, utilizamos ferramentas de machine learning que permitem automatizar as revisões e reduzem substancialmente a necessidade de intervenção humana. Estas ferramentas analisam automaticamente documentos e informação crucial dos mesmos, economizando o tempo que os advogados dedicam ao processo de revisão. O uso destas ferramentas, juntamente com vários sistemas de legal drafting e o nosso robô Proces@ para a gestão de documentação jurídica, permitem que uma série de tarefas sejam executadas com maior qualidade, mais rapidamente e com menos recursos. Os sistemas de inteligência artificial estão a permitir libertar os advogados de tarefas rotineiras de reduzido valor intelectual como, por exemplo, as que consistem em extração segmentada de informação de grandes compilações de dados, permitindo-lhes utilizar o seu tempo e talento em tarefas intelectualmente mais exigentes e estimulantes. Estamos ainda numa fase muito embrionária do desenvolvimento dos sistemas de inteligência artificial, mas acreditamos que, num futuro próximo, estes verão melhorada a sua eficiência e a rapidez e a segurança dos respetivos processos. Tudo isso, no entanto, não dispensará seguramente a intervenção de advogados que, em última instância, devem rever, validar e assumir a responsabilidade pelo resultado final.

VERBA SIGNIFICATIVA PARA TI

1 De momento, ainda não, mas estamos a estudar algumas soluções já disponíveis no mercado. As tecnologias de “chatbot”, contract automation e “document review” parecem-nos particularmente interessantes e, no curto-médio prazo, julgamos que virão a tornar-se uma ferramenta comum no dia a dia dos advogados – porque permitirão um trabalho não apenas mais rápido e eficiente como, em grande medida, também mais reliable e rigoroso, reduzindo custos para o cliente. Fizemos recentemente um investimento avultado no nosso software de gestão documental – que conta já com uma componente de inteligência artificial e que esperamos integrar com a nossa plataforma de Knowledge Management a breve trecho. Esta nova ferramenta não só tem significativas vantagens em termos de segurança da informação da firma e dos nossos clientes como é também um instrumento muito útil no dia a dia dos advogados e cada vez mais fundamental para o seu processo produtivo, pois permite-nos potenciar ao máximo a nossa experiência e know-how de mais de 30 anos em projetos nacionais e em África. Temos orçamentada uma verba muito significativa para investimento em IT no próximo ciclo de investimento e contamos ter novas soluções implementadas já durante o ano de 2020. Acreditamos que a evolução tecnológica já não é, para as sociedades de advogados, um fator de diferenciação ou vantagem competitiva, mas uma condição essencial para “ir a jogo” num mercado, também ele, altamente competitivo. Boa parte da assessoria jurídica aos negócios e transações das empresas assenta – e em grande medida, depende – de soluções tecnológicas que se têm vindo a desenvolver, a aperfeiçoar e a consolidar nos últimos tempos. A título de exemplo, as plataformas de document sharing estão cada vez mais evoluídas e são absolutamente essenciais na fase de due diligence e na de acompanhamento e verificação das chamadas “conditions precedent” das transações. A multiplicação das soluções de comunicação, como as inúmeras plataformas para conferências telefónicas e videoconferências, e os novos canais de partilha e envio de informação aos clientes são outros exemplos de utilização corrente da tecnologia.

ESPECIAL FUTURO DA ADVOCACIA



MARIA JOÃO RICOU
Managing partner
da Cuatrecasas em Portugal



SOFIA BARROS CARVALHOSA
Sócia da CTSU - Sociedade
de Advogados



DUARTE D'ATHAYDE
Managing partner
da Abreu Advogados



FILIPPE MAYER
Sócio da CCA



JOÃO LEMOS PORTUGAL
Sócio da CCSL Advogados

REDUÇÃO DO TEMPO

1 A inovação é fundamental num mercado altamente competitivo como o da advocacia e na Cuatrecasas já recorremos à Inteligência Artificial (IA) para apoio em diversas tarefas. Juntámos advogados, especialistas em gestão do conhecimento e engenheiros de Tecnologias da Informação para testar a IA nos nossos procedimentos e actualmente estamos a usar os sistemas Kira e doXray, ambos baseados em tecnologia de aprendizagem automática e análise de dados em massa. O Kira identifica e extrai informação para e de lease agreements e extrai ainda ficheiros de bancos para preenchimento de formulários. O doXray permite a extração de 50 entidades (termos-chave) de registos de notas de registo de propriedades e a análise de grandes volumes de informação (entre 500 e 10.000 documentos). Não são robot lawyers e não dispensam advogados. A parametrização e supervisão têm, aliás, de ser feitas por advogados muito experientes. Como resultados verificámos a redução do tempo que os profissionais passam a tratar de atividades de pouco valor acrescentado e uma melhor gestão do tempo, menos riscos e uma capacidade de análise documental acrescida. Esta foi uma das vertentes que fundamentou a atribuição à Cuatrecasas do prémio do 'Financial Times' de firma mais inovadora da Europa Continental em 2018. A tecnologia tem estado cada vez mais presente na assessoria jurídica que prestamos às empresas. A nossa estratégia tem dois eixos principais: "Law for Technology", com grupos que estudam as implicações jurídicas do desenvolvimento tecnológico em diversos sectores económicos e, de forma transversal, nas relações laborais; e "Technology for Lawyers", que passa pela integração de IA e por programas de capacitação digital dos advogados e profissionais da organização que permitam a assimilação de novos softwares e aplicações informáticas, com ganhos de eficiência e agilidade na prestação de serviços, em benefício dos clientes.

NOVAS TECNOLOGIAS EM AVALIAÇÃO

1 No âmbito da nossa avaliação sobre esta matéria ainda não se tornou claro que, além das aplicações já existentes e comuns no nosso mercado, os denominados "robot lawyers", quer em matéria de inteligência artificial, quer no âmbito de tecnologias de automação de processos, constituam uma efetiva mais valia quando se trata de aplicar as suas valências ao mercado português, para além da necessária aferição da relação custo/benefício. A CTSU tem um departamento de knowledge management que tem vindo a acompanhar a evolução tecnológica no mercado da advocacia. Este nosso departamento tem já um acervo considerável de conteúdos/produtos de acesso fácil que visa, principalmente na área dos contratos e do M&A, a eficiência, assegurar padrões uniformes e mitigar riscos. Neste momento, estamos já a utilizar algumas plataformas informáticas na área do contencioso e temos outras em avaliação adiantada em conjunto com o network internacional de sociedades de advogados que integramos. As ferramentas relativas ao corporate secretarial, às due diligence, à proteção de dados e ao compliance já estão a começar a ser utilizadas ou em fase final de preparação. Por outro lado, a CTSU está a implementar ferramentas informáticas que permitem uma interação "on line" com os clientes acompanhando a evolução do mercado internacional. Estas ferramentas podem significar uma redução de custos quer para a CTSU, quer para os clientes e acreditamos que, no futuro, será desta forma que, grande parte dos serviços jurídicos serão prestados.

CELERIDADE NA ORÇAMENTAÇÃO

1 Não utilizamos "robot lawyers" mas recorremos a soluções tecnológicas que complementam algumas das tarefas do serviço que prestamos. O cerne do nosso trabalho está em processos de tomada de decisão e reflexão e a configuração atual dos mesmos não nos dá confiança suficiente para que lhes possamos confiar trabalho e assegurar a qualidade do serviço que entregamos. No entanto, acompanhamos a rápida evolução da tecnologia e somos parte ativa em grupos de reflexão e debate sobre a integração da inteligência artificial e machine learning no suporte à eficiência das tarefas da assessoria jurídica. Por outro lado, no que às tarefas de gestão diz respeito, temos investido tempo e recursos para a implementação de sistemas, entre outros, de CRM, de onboarding de clientes e de soluções de inteligência artificial para aumentar a qualidade e celeridade na orçamentação. O Instituto do Conhecimento da Abreu tem também dedicado muita da sua atenção às legaltech e poderemos apresentar novidades em breve. A tecnologia integra a realidade empresarial moderna e já quase não nos conseguimos recordar sobre como eram antes realizadas algumas tarefas, principalmente aquelas ligadas às comunicações. Contrariamente ao que algumas teorias pessimistas possam indicar, não entendo que a tecnologia possa substituir totalmente o papel do consultor. A tecnologia vai, como temos já observado, agilizar algumas das tarefas mais repetitivas, monótonas e mais estandardizadas, e vai ainda apoiar na recolha e distribuição de informação a um ritmo impressionante. A evolução da tecnologia promove novas funções, para o acompanhamento e desenvolvimento da tecnologia, e permite-nos repensar a forma como até agora realizávamos algumas tarefas, poupando recursos e acelerando processos como são a procura de informação ou a deteção de padrões. Não podemos ignorar o facto de que a própria evolução da tecnologia nas profissões jurídicas tem também levantado questões ético-legais (veja-se o caso de França onde se legislou no sentido de restringir a utilização da AI no suporte à análise de decisões judiciais) e, assim, promovido a reflexão sobre uma convivência tranquila entre os profissionais da justiça e as ferramentas tecnológicas.

FATOR DE COMPETITIVIDADE

1 Em 2017 adotámos a assinatura digital em documentos jurídicos para melhorar a eficiência operacional e reduzir custos para os clientes. Esta medida permitiu aumentar a otimização de processos e terminar com as deslocções de clientes para assinar documentos. Estamos neste momento a trabalhar numa nova solução de automatização de documentos que permitirá, num primeiro momento, facilitar a vida aos advogados, mas que tem como objetivo último permitir que o próprio cliente possa ter acesso a documentação numa lógica de "do it yourself". O lançamento desta plataforma está previsto para 2020. Por outro lado, também a nível interno temos trabalhado com várias plataformas auxiliares:

- O office vibe, um programa onde conseguimos receber feedback quase instantâneo por parte dos colaboradores sobre determinado tema, em que um software gera cinco perguntas de três em três dias, o que nos permite fazer um benchmark, perceber e antecipar onde é que pode surgir um problema, onde é que há insatisfação e agir sobre esse mesmo problema;
- A Skoach, uma plataforma de gamificação que usa ciência comportamental para alcançar mudanças culturais e trabalhar o desempenho das equipas. São apenas alguns exemplos. Temos uma equipa de "Inovação", com elementos de vários departamentos cuja missão é estar sempre atenta a todas as novidades que vão surgindo no universo do "legaltech" para que possamos investir em novos produtos sempre que verificarmos que podem acrescentar valor à gestão do dia-a-dia do escritório, aos nossos advogados e aos nossos clientes. A digitalização das empresas, nomeadamente das sociedades de advogados será cada vez mais uma realidade. A transformação digital representa uma oportunidade para as sociedades de advogados se tornarem mais competitivas no mercado, mais eficientes na recolha e análise de dados e mais inteligentes na forma como se relacionam com o cliente, quer seja no contacto primário com um prospecto, quer seja na fase final de entrega do trabalho ao cliente.

PROCESSO INEVITÁVEL E DESEJÁVEL

1 Na CCSL Advogados, e embora sejamos uma capacidade de pequena dimensão, temos uma grande preocupação em adoptar os sistemas que permitam reduzir ineficiências, libertando os profissionais para o trabalho que represente um valor acrescentado para o cliente e para o apoio à gestão profissional. Ainda assim, no que respeita à "robotização" da advocacia, a realidade portuguesa ainda tem um longo caminho a percorrer se comparada com o mundo anglo-saxónico, desde logo devido à necessidade de adaptação daqueles sistemas às questões e linguagem nacional, bem como ao avultado investimento que representam. Apesar de se ter que ter em conta a diferença de escala dos mercados, o processo não só é inevitável como é desejável. A tecnologia num escritório de advogados - no trabalho desenvolvido para cliente mas também nas matérias de gestão interna - desempenha hoje um papel determinante para a qualidade, rigor e eficiência dos serviços prestados. Como se disse, a adopção de sistemas que libertam os profissionais de tarefas que não representam uma mais valia, muitas vezes altamente time-consuming, vão permitir que os advogados de concentrem em desenvolver o trabalho de valor acrescentado, que são as que, afinal, os clientes procuram e que fazem a diferença.



MIGUEL DE AZEREDO PERDIGÃO
Managing partner da Azeredo Perdigão & Associados

IA PARA AS GRANDES

1 Embora as soluções tecnológicas de inteligência artificial estejam a ficar cada vez mais na ordem do dia, tenho de reconhecer que fazem mais sentido em serviços jurídicos de massa que são habitualmente prestados pelas grandes sociedades de advogados. Uma boutique de advogados é – perdoem a comparação – um alfaiate, faz peças tailor-made (à medida de cada cliente) e é nisso que reside a sua principal e mais apreciada mais valia. É inegável que a tecnologia é um elemento vital de auxílio às assessorias às empresas. Da nossa experiência e tanto quanto nos é dado a ver nos nossos clientes, esse apoio tem-se vindo a manifestar na

agilização e simplificação de procedimentos, para além de servir de apoio à própria gestão das empresas, numa perspectiva transversal, com particular incidência nos processos produtivos, gestão de 'stocks' e até nos próprios recursos humanos.



ANTÓNIO SOARES
Managing partner da Linklaters Lisboa

SOFTWARE PARA TAREFAS MECÂNICAS

1 A Linklaters possui uma plataforma própria de Inteligência Artificial denominada Nakhoda que estabelece a conexão entre a expertise jurídica e os denominados legal tech products, tais como sejam os smart contracts que fazem uso da tecnologia de blockchain. A

Linklaters procura estar na vanguarda das sociedades de advogados que fazem uso das tecnologias de última geração, sendo que a finalidade é tornar mais rápida e eficaz a prestação de serviços jurídicos, procurando que tarefas mais mecânicas que anteriormente eram feitas por advogados passem agora a ser feitas com recurso a programas de software especializados. Apesar da fama de conservadoras e de avessas à tecnologia, a verdade é que as sociedades de advogados sempre foram lançando mão de novas tecnologias à medida que as mesmas iam sendo introduzidas no mercado das empresas e colocando essas tecnologias ao serviço dos seus clientes. Já assim foi com o telex, com o fax e até com as fotocopiadoras. A forma como se advoga hoje é diferente da forma como se advogava há 30 anos e as ferramentas tecnológicas a que os advogados hoje recorrem não existiam há 30 anos. Há muito que as sociedades de advogados foram introduzindo o uso de computadores na sua atividade corrente à medida que os mesmos se iam vulgarizando e hoje poucos serão os advogados que advogam sem recurso a um computador. O Email foi rapidamente adotado pelas sociedades de advogados e hoje é o meio de comunicação por excelência, tal como o recurso à internet e aos motores de busca para aceder à

informação se tornaram ferramentas indispensáveis ao exercício da advocacia. A verdade é que a Inteligência Artificial é apenas mais um produto tecnológico que vem na senda de todos os anteriormente referidos e que será rapidamente incorporado pelas sociedades de advogados também com o objetivo de obterem ganhos de eficiência e assim prestarem um serviço cada vez melhor aos seus clientes.



CARLOS ÁLVAREZ LÓPEZ
Diretor de transformação Digital da Gómez-Acebo & Pombo

SUORTE ÀS 'DUE DILIGENCES' E RECOLHA DE DADOS

1 O trabalho dos nossos advogados obriga, muitas vezes, à gestão de

grandes quantidades de documentação. Assim, muitas das suas tarefas são suscetíveis de serem realizadas de uma maneira mais eficiente mediante o recurso a tecnologias de Inteligência Artificial (IA). Algumas das áreas em que a Gómez-Acebo & Pombo está a aplicar soluções de IA são:

- Suporte à realização de due diligences através de ferramentas de machine learning, que ajudam à revisão de grandes quantidades de documentos de forma automatizada
- Suporte à extração de dados, automatizando a leitura de grandes quantidades de documentos, extraindo a informação relevante de cada um
- Ferramentas de processamento de linguagem natural, agilizando a procura de informação nas nossas bases de dados.

A aplicação de tecnologias de Inteligência Artificial permite-nos automatizar o trabalho repetitivo e de menor valor, aumentando desta forma o tempo que os nossos advogados dedicam a tarefas mais complexas e de maior valor acrescentado para o cliente.

PUB



ESPECIAL FUTURO DA ADVOCACIA



LUÍS BRANCO LOPES
Sócio da BLMP

documentação na sequência da solicitação por parte de um advogado. A título de exemplo, recordamo-nos do caso de um processo de despedimento coletivo em que a empresa nos conseguiu fornecer documentação altamente pormenorizada quanto aos índices de produtividade de cada trabalhador, o que se revelou como um aspeto determinante no processo de identificação dos trabalhadores abrangidos, por aplicação de um critério selecionado para o efeito.



EDUARDA MARTINS PEREIRA
Sócia da BLMP



PEDRO REBELO DE SOUSA
Managing partner da SRS Advogados



Istock

GENTROS DE DADOS

1 Tem sido notória a constante integração do mundo digital na advocacia. No caso da BLMP, recorremos habitualmente a datarooms virtuais partilhadas com clientes, o que nos permite aceder a informação e a documentação de uma forma mais segura e célere, nomeadamente em operações de reestruturações societárias que determinam uma análise cuidada de elementos essenciais de cada empresa. Utilizamos igualmente programas de legal project management, por forma a conseguirmos registar, em tempo real, o volume de trabalho de cada advogado, em cada processo, informação que carregamos posteriormente num software de faturação e que nos permite apurar elementos tão importantes como a rentabilidade e a complexidade de cada projeto. No que respeita à substituição de tarefas habitualmente desenvolvidas por advogados e ao avanço da inteligência artificial neste setor, entendemos que o rigor, a espontaneidade e a astúcia típicos da profissão, não podem ser substituídos por máquinas, pelo menos atualmente e no contexto do tipo de advocacia que ainda é praticado. A tecnologia tem-se revelado cada vez mais eficaz e importante na assessoria prestada a empresas. Assim, com o recurso a tecnologias de machine learning e inteligência artificial, tais como a Kira e a Luminance, as sociedades de advogados conseguem diminuir ou eliminar tarefas administrativas e repetitivas de tratamento de dados, no âmbito de processos de auditoria. Esta eficiência é igualmente notável nos casos de empresas com sistemas de informação altamente desenvolvidos, que lhes permite filtrar muita informação e

OLHAR PARA AS STARTUPS

1 Com o aumento da procura dos serviços jurídicos, a SRS Advogados teve de implementar um conjunto de mecanismos tecnológicos que permitiam dar uma resposta mais célere. Isso traduziu-se na aquisição de novos programas informáticos bem como em tecnologias de gestão diária de diversos procedimentos, nomeadamente ferramentas de apoio às due diligence. Temos cada vez mais clientes, mais colaboradores, mais prémios e nomeações internacionais. A gestão tem obrigatoriamente de se tornar mais profissionalizada e tecnológica. Dado ainda o notório protagonismo que as startups ganharam na nossa economia, a SRS Advogados foi a primeira Sociedade de Advogados portuguesa a criar uma incubadora de startups, o Staruplab.pt. É importante olhar para as empresas de tecnologia mais pequenas, que, mesmo que não faturem bilhões, têm um enorme potencial de crescimento. É neste sentido que estamos a investir com um programa de formação composto por mentores que se diferenciaram nos diferentes sectores da sociedade. De braço dado à tecnologia está a sustentabilidade e a responsabilidade social, e também nessa área, a SRS Advogados criou o projecto “Escritório Verde”, onde implementou uma série de medidas para a redução do consumo de electricidade, de água e de papel, apoiadas na implementação de novos mecanismos tecnológicos.



MANUEL JOSÉ DAMÁSIO
Administrador Adjunto da Universidade Lusófona



MARIANA FRANÇA GOUVEIA
Diretora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa



GONÇALO SARAIVA MATIAS
Diretor da Católica Global School of Law

RACIOCÍNIO CRÍTICO

2 Deve garantir que possui competências genéricas ao nível do domínio de línguas, literacia computacional e capacidade de raciocínio crítico, que promova a capacidade de interpretação dos elementos que lhe são apresentados pelo mundo em seu redor, e a partir destes construir um discurso argumentativo, coerente e certo. No quadro específico dos estudos jurídicos, deve realizar parte do seu percurso académico fora da escola de origem ao abrigo de programas de internacionalização. Bem assim, frequentar estágios profissionais em instituições públicas (conservatórias, tribunais...) ou em escritórios de advocacia. Com efeito, a vertente prática, associada a uma sólida formação dogmática, estimula o juízo crítico-reflexivo dos estudantes, essencial a quem pretende evidenciar-se numa das áreas mais exigentes do Direito. Na perspetiva da continuidade dos estudos jurídicos além da licenciatura, assinala-se a necessidade da realização de um mestrado visando uma especialização científica ou profissional.

ANTÍTESE DO BUROCRATA

2 O nosso lema é “O jurista da Nova é a antítese do burocrata”. Isto traduz-se numa formação focada na antecipação e resolução dos problemas. O jurista do futuro não serve para complicar, mas para encontrar a solução. O mundo não precisa de burocratas. Para isso, o aluno deve ter uma formação pluridisciplinar e internacional, que alie a solidez teórica à criatividade. Os conteúdos jurídicos técnicos têm de ser acompanhados por uma compreensão da sua dimensão para lá do Direito, seja a económica, sociológica, histórica ou tecnológica. Acresce a perspetiva internacional, hoje essencial à prática do Direito. O Direito acompanha a globalização e são raras as questões a tratar que não tenham uma dimensão internacional. Em síntese, um ensino sólido e criativo, internacional e pluridisciplinar. Que transforma o aluno e o entrega ao mercado de trabalho capaz, não só de resolver, mas sobretudo de prever os desafios do futuro.

FORMAÇÃO PERMANENTE

2 Uma formação de base sólida é indispensável para qualquer jurista dos tempos atuais. Porém, hoje é ponto assente que isso por si só já não basta. Atualmente, em todas as profissões assiste-se cada vez mais à necessidade de formação permanente e à reatualização de conhecimento. Mas isso não significa apenas que um jurista tenha de regressar de quando em quando aos bancos de aprendizagem. Significa, sobretudo, que a sua formação de base o tem de preparar para um mundo em mudança, ou seja, tem de o preparar para ter agilizada crítica mental e para se adaptar a diferentes ambientes normativos.



CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA



CATOLICA
Global
School of
Law

**A statement
of excellence**

law in a
**digital
economy**

**Our vision on
teaching law
& technology.**

Ano Letivo

setembro de 2019 - junho de 2020

**Curso
Avançado
2019-2020**

Programa avançado, com uma abordagem pioneira sobre a relação entre direito e tecnologia digital e as suas implicações no mundo empresarial. Com um corpo docente de académicos e profissionais de topo internacionais.



**Innovating
Legal education**

www.catoliclaw.fd.lisboa.ucp.pt
catolica.law@fd.lisboa.ucp.pt



OPINIÃO

Um novo paradigma: jurista global e digital



JORGE PEREIRA DA SILVA
Diretor da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

Os modelos tradicionais de exercício das diversas profissões jurídicas estão claramente a esgotar-se. Porventura, esse esgotamento está a ocorrer ainda mais rapidamente na advocacia, que é, das várias profissões da área do Direito, aquela que está mais diretamente exposta às transformações económicas e tecnológicas dos nossos dias e onde, naturalmente, a concorrência se faz sentir de forma mais intensa.

Para quem, sobretudo nas faculdades de Direito, se propõe formar juristas para as próximas décadas é fundamental perceber que há um novo paradigma – global e digital – a marcar o perfil dos futuros juristas.

Com efeito, a globalização – que aliás se tem revelado assimétrica na distribuição dos benefícios do progresso económico e tecnológico, bem como no acesso ao conhecimento – tem sido acompanhada

pelo desenvolvimento de um tecido jurídico multinível, simultaneamente mais denso e volátil, no qual os planos regulatórios regionais, nacionais, supranacionais e internacionais se entrecruzam.

Em diversas áreas, assistimos assim à emergência de um novo Direito – de natureza *global* –, que desafia frontalmente o papel do Estado como criador monopolista do Direito dito *nacional*. Não é apenas no comércio internacional e na arbitragem. Surge também em domínios como o desporto, o ambiente, a inovação tecnológica ou a proteção de dados.

Esta perspetiva pode parecer perturbadora, mas a verdade é que, se olharmos para a história do Direito, a existência de ordens jurídicas nacionais, produzidas de forma sistemática por legisladores soberanos, é um fenómeno relativamente recente. Até ao século XIX e ao movimento codificador, vigorava no espaço europeu um direito comum, largamente composto por um acervo normativo herdado do Direito romano.

A formação de direitos nacionais correspondeu assim a um projeto político da modernidade, em que cada Estado afirmava a sua soberania através da produção de leis próprias. Pelo que a emergência de um Direito global é também um resul-

tado da atual crise do Estado e das profundas transformações ocorridas na comunidade internacional e, em particular, do surgimento de múltiplas instâncias transnacionais, públicas e privadas.

Por outro lado, a futura geração de juristas será a primeira a trabalhar lado a lado com novas ferramentas tecnológicas, desejavelmente em cooperação – mas inevitavelmente também em competição – com as enormes potencialidades da inteligência artificial. O próprio Direito, substantivo e processual, incorporará novos conceitos e procedimentos, com os velhos códigos em papel – ícone ancestral do saber dos juristas – a

Não menos importante do que preparar os novos juristas para trabalhar num mundo global, é desenvolver neles um forte sentido crítico e a consciência de que o Estado de Direito democrático não é um dado adquirido

repartir o seu protagonismo com os códigos próprios da informática. Progressivamente, os enigmáticos algoritmos assumirão um papel fundamental nos processos de análise e decisão jurídica, tanto mais que já são hoje capazes de examinar cláusulas contratuais, identificar riscos jurídicos, efetuar prognósticos quanto ao desfecho de processos, fazer resolução *on line* de litígios – enfim *data-driven decision making*.

Os juristas que hoje estão a entrar nas faculdades de Direito têm, portanto, de estar habilitados a trabalhar num ambiente global e precisam de dominar novos instrumentos, sobretudo na área informática e do digital. Neste contexto, em que os regimes legais mais contingentes perdem importância e os princípios jurídicos se tornam cada vez mais decisivos, um conhecimento profundo dos quadros dogmáticos e metodológicos do Direito será, cada vez mais, essencial para se ter uma carreira de sucesso.

Não menos importante do que preparar os novos juristas para estas mudanças é desenvolver neles um forte sentido crítico e a consciência de que o Estado de Direito democrático não é um dado adquirido.

Bem pelo contrário, há sinais muito preocupantes no horizonte. Vivemos imersos numa sociedade

em que os laços tradicionais, que prendiam os membros da comunidade a valores e deveres recíprocos, vão dando lugar a um forte individualismo, no qual todas as pressões tendem a transformar-se em direitos. Subitamente, as sociedades ocidentais descobrem-se envolvidas numa era de pós-verdade – caracterizada pela indiferença diante da falsidade, com desaparecimento da censura social que sempre lhes esteve associada –, mas de igual modo numa era de nostalgia, em que um certo passado idealizado – de coesão social e progresso – parece ser o único refúgio seguro, ao qual se quer regressar.

É este contexto cultural, em que emoções humanas mais elementares reganham primazia sobre a razão e sobre a análise objetiva dos factos, que alimenta os populismos. Ora, as democracias ocidentais, aparentemente sem os argumentos convincentes para fazer frente a estes fenómenos, estão muito dependentes da fidelidade dos juristas à sua missão fundamental: busca da verdade material; apresentação rigorosa dos factos; construção de decisões equitativas; e de defesa firme da dignidade da pessoa humana, independentemente da origem nacional de cada um, da religião, do género ou da sua condição social. ●

“O digital é um instrumento de ajuda na administração da justiça e não exclui a participação humana”

A era digital veio para ficar e, com ela, a alteração de processos e de métodos de trabalho. Numa fase em que os desafios se repensam e priorizam, é essencial a adaptação a esta nova realidade dentro de portas, quando se tem em vista a internacionalização. Para Paulo de Moura Marques, sócio fundador da AAMM – Abecassis, Moura Marques e Associados, o futuro é hoje: regulamentar é preciso, descobrir e rentabilizar também.

Qual o balanço que a AAMM faz, até agora, do ano de 2019 quando comparado a 2018?

Fazemos um balanço claramente positivo. Vemos, com satisfação uma melhoria geral da nossa economia e registamos um aumento da nossa atividade enquanto sociedade de advogados, quer na vertente da aquisição de mandatos de prévios clientes, quer na aquisição de novos clientes. Esse aumento de atividade reflete-se num aumento da faturação comparado com o período homólogo do ano anterior que, em resposta permitiu um aumento do nosso corpo de advogados e a preparação de uma expansão regional há algum tempo ponderada ter lugar.

O digital não facilita a desumanização da justiça?

O efeito da desumanização da justiça por efeito da aplicação do digital é frequentemente indicado como um dos malefícios do uso do digital de forma ampla. Penso que se trata de um reflexo da resistência a inovações que, ciclicamente, existem quando novas realidades surgem. Sou da opinião que o digital é um instrumento de ajuda na administração da justiça e não exclui a participação humana.

A digitalização obriga à mudança de processos? De que forma?

Sim, obriga claramente a mudanças de processos, porque passamos a trabalhar de modo distinto quanto à forma como obtemos e submetemos documentos, como recebemos informação e prestamos informação.

A Inteligência Artificial pode reduzir em muito a necessidade de arranjar um advogado?

Não nesta fase. Não vejo que na atual fase a desnecessidade de se consultar ou fazer representar por advogado esteja ameaçada.

É importante regulamentar a Inteligência Artificial?

Parece-me que sim. Não regulamentar ou deixar para a regulamentação para um mecanismo de autorregulação setorial não será suficiente para disciplinar como se possa utilizar a IA no âmbito do direito, em particular nos casos em que a IA é usada como forma de resolução automática de litígios como já sucede.

Quais os maiores desafios que um escritório de advogados enfrenta nos dias que correm?

Em outra ocasião tive a oportunidade de dizer que continuamos a enfrentar dois grandes desafios, em que um deles é o acompanhamento das alterações legislativas e da ciência do direito, pois que tal implica a especialização de advogados em escritórios e



Paulo de Moura Marques,
sócio fundador da AAMM –
Abecassis, Moura Marques
e Associados.

polarização de escritórios de especialidade, o outro a internacionalização, porque essa é a receita de crescimento para além de um mercado nacional. Num plano mais pragmático, continuamos a sofrer com um regime fiscal aplicável a sociedades de advogados que é longínquo de um regime aplicável a sociedades comerciais, apesar das proclamações no sentido de uma tal aproximação e uma delonga na justiça que implica um descrédito dos cidadãos e empresas numa resolução de conflitos por via judicial em tempo útil. Nessa matéria continuamos abaixo dos resultados que poderíamos exigir este momento. Em particular, no âmbito do contencioso administrativo, o processo de execução continua a falhar na proteção dos particulares.

Como se posiciona Portugal em relação à transformação digital quando comparado com os demais países?

No que diz respeito à área do direito e do que me é dado observar, não temos ainda mecanismos de resolução de litígios por meios automáticos (IA) e os

nossos escritórios estão a descobrir – diria, estamos a descobrir – as valências de uso de IA como auxiliares do trabalho jurídico, por exemplos para buscas de doutrina ou jurisprudência.

A internacionalização depende directamente da adaptação a esta nova realidade?

Não vejo uma relação direta entre a internacionalização e o uso de meios digitais. Em certa medida, a primeira fase de uma internacionalização é feita muito à custa da intervenção pessoal de advogados, movimento contrário a um uso generalizado de IA.



Abecassis, Moura Marques
& Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Com o apoio de



CATÓLICA
FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

CURSOS 2019/2020

18 | SETEMBRO

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA ENERGIA

1 | OUTUBRO

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

14 | OUTUBRO

CURSO BREVE: OS TRIBUNAIS DO DESPORTO

21 | OUTUBRO

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E PRÁTICA DO
PROCEDIMENTO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVOS

28 | OUTUBRO

CURSO BREVE: DIGITAL TAXATION

7 | NOVEMBRO

PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

www.fd.lisboa.ucp.pt

posgraduacoesdireito@fd.lisboa.ucp.pt

CATÓLICA
NEXT
FORMAÇÃO AVANÇADA EM DIREITO